

CORREIO DO APOSENTADO POR ANDRÉ SOUZA

Divulgação / INSS



Mais de 35 milhões de beneficiários devem receber o 13º

Prévia do 13º do INSS já pode ser consultada no Meu INSS

A prévia do 13º salário antecipado dos aposentados e pensionistas do INSS já pode ser consultada no aplicativo e no site Meu INSS. O pagamento está previsto para ocorrer em duas parcelas em 2026: a primeira entre o fim de abril e o início de maio, e a segunda ao longo de maio, seguindo o calendário oficial de pagamentos do governo federal. Segundo o Ministério da Previdência, mais de 35 milhões de beneficiários devem receber o abono anual, que inclui aposentados, pensionistas e segurados que recebem auxílios como incapacidade temporária e auxílio-acidente. A consulta prévia permite verificar valores estimados e informações detalhadas antes do depósito.

Previdência no Banco do Nordeste

O Banco do Nordeste superou, em abril de 2026, a marca de R\$ 2 bilhões em fundos de previdência de servidores públicos sob gestão, reforçando sua presença no mercado de Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS). Ceará e Pernambuco lideram os volumes aplicados. Segundo a instituição, o resultado reflete confiança, solidez e expansão das soluções financeiras voltadas ao setor público.

Edson Leal / MPS



Ana Cristina Silveira atua na previdência há 20 anos

Servidora de carreira à frente do INSS

A nova presidenta do INSS, Ana Cristina Silveira, assume o órgão com o desafio central de recuperar a confiança da população em meio a críticas sobre filas e demora na análise de benefícios do instituto. Entre as prioridades estão a redução de 2,7 milhões de requerimentos, a modernização dos sistemas e uso de tecnologia para agilizar atendimentos. A gestão também aposta em mutirões regionais e na parceria com a Dataprev para estabilizar plataformas como o Meu INSS. Outra urgência é melhorar a comunicação com os segurados e reforçar medidas contra fraudes.

20 anos de atuação na previdência

Ana Cristina Silveira é formada em Direito e servidora de carreira do INSS desde 2003, quando ingressou como analista do Seguro Social. Com mais de duas décadas de atuação na área previdenciária, acumulou experiência técnica e de gestão em diferentes setores. Antes da presidência, liderou o Conselho de Recursos da Previdência Social (CRPS). Sua trajetória foi apontada como fator decisivo para a escolha.

Regulamentação

Motoristas e entregadores de aplicativo protestaram em diversas capitais na quarta-feira (15) contra a proposta de regulamentação do setor. A categoria afirma que o modelo em discussão pode aumentar custos, reduzir ganhos e limitar a autonomia dos trabalhadores, defendendo mudanças no texto em análise no Congresso.

Fala não agradou

O movimento ocorre em meio à fala do presidente Lula defendendo a inclusão dos trabalhadores por aplicativo na Previdência Social. O governo argumenta que a medida busca garantir proteção em casos de acidente e amparo social, com contribuição das plataformas e dos próprios profissionais.

Mobilização em SP

A Fenajud e o Sintrajud estão convocando aposentados do Judiciário em todo o país para ato no dia 23 de abril, às 14h, em frente ao TRE-SP, na Bela Vista, em São Paulo para defender o pagamento de auxílio-alimentação aos servidores inativos, medida que busca corrigir desigualdades entre servidores da ativa e aposentados.

Pejotização

A Associação Nacional das Magistradas e dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra) alertou, em audiência pública na Câmara, que a pejotização precariza vínculos, reduz direitos e ameaça a aposentadoria ao enfraquecer a arrecadação da Previdência Social. A entidade cobra debate urgente sobre os impactos sociais do modelo.

Mostra em Brasília

Termina nesta sexta (17) a exposição sobre previdência complementar fechada, realizada na Câmara dos Deputados, em Brasília. A mostra teve como objetivo apresentar a trajetória do setor no Brasil, com linha do tempo histórica, painel informativo, totem interativo e ações de educação financeira e previdenciária.

Desconto de 14%

Cerca de 150 professores protestaram no Centro de Campo Grande/MS e reforçaram a principal cobrança: o fim do desconto de 14% da previdência aplicado aos aposentados da rede estadual. O ato também pediu concursos públicos e valorização salarial. Mobilização integra semana nacional em defesa da educação pública.



Acordo deve contribuir para reduzir disputas judiciais

Governo quer incluir dívidas com o INSS no Propag

22 estados estão no programa de renegociação da União

André Souza

O governo federal apresentou uma proposta de renegociação fiscal e o abatimento de até R\$ 24 bilhões das dívidas dos estados com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). A medida busca aplicar a lógica do Propag (Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados e do Distrito Federal) a um novo tipo de dívida: as obrigações previdenciárias estaduais.

Criado em 2025, o Propag foi estruturado para renegociar dívidas dos estados com a União, com prazos mais longos, redução de encargos e possibilidade de uso de ativos como abatimento. A novidade agora em discussão é a ampliação desse modelo para incluir dívidas previdenciárias, que não estavam no desenho original do programa.

Esses débitos com o INSS têm origem, principalmente, em contribuições previdenciárias patronais que não foram recolhidas integralmente pelos estados ao longo dos anos, além de valores contestados judicialmente e passivos acumulados em renegociações anteriores. Trata-se de um estoque histórico relevante dentro das contas públicas.

Na prática, a proposta prevê que estados possam reduzir parte dessas dívidas por meio de compensações financeiras com a União, abatimentos em transferências federais e ajustes entre

créditos e débitos. O objetivo é acelerar a regularização desses passivos e reduzir a judicialização.

Diferentemente do Propag, que já está em vigor e trata das dívidas estaduais com o Tesouro Nacional, a ampliação em discussão inclui o INSS como credor dentro de um modelo mais flexível de renegociação. A adesão dos estados deverá ser voluntária e ainda depende de regulamentação.

Atualmente, 22 estados já aderiram ao Propag: Acre, Alagoas, Amazonas, Amapá, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Sergipe e Tocantins. Outros cinco não aderiram: Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso, Pará e Distrito Federal.

Segundo técnicos do governo, "a medida pode ter impacto relevante na reorganização das contas públicas estaduais e na recuperação de créditos da Previdência Social, além de reduzir disputas judiciais e dar maior previsibilidade aos pagamentos".

Negociação

Ainda de acordo com o governo, a proposta ainda depende de ajustes jurídicos e de negociação política antes de eventual implementação.